



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Diretoria de Administração e Logística
Gerência da Diretoria de Administração e Logística no Amazonas
Divisão de Logística
Serviço de Suprimentos

**SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 01/2014-SRT/AM** — Prestação dos serviços
de locação do Imóvel onde funciona a Agência
Regional do Trabalho em Eirunepé – AM, que entre
si fazem a União Federal, representada pela
Gerência Regional de Administração do Ministério
da Economia no Estado do Amazonas e a Senhora
ROSA MERCEDES LOZADA PINEDA

N a Gerência da Diretoria de Administração e Logística no Amazonas - GRA/AM, CNPJ nº 00.394.460/0005-75, instalada no Complexo Fazendário sito à Avenida Governador Danilo de Matos Areosa nº 1530 — Bloco B — Quadrante 1 - Bairro — Distrito Industrial 1 - CEP: 69.075-351, desta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, de um lado, a UNIÃO, por intermédio da Divisão de Logística — DILOG/GRA/AM, neste ato representada pelo **Sr. CLAUDIO RODRIGUES LEAL**, CPF nº 116.646.572-15, Chefe da Divisão de Logística — DILOG/GRA/AM, no uso da atribuição que lhe confere Regimento Interno da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, Artigo 69, Inciso I, da Portaria nº 144, de 27 de abril de 2016, publicada no "Diário Oficial da União" de 29 de abril de 2016, neste e, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Senhora **ROSA MERCEDES LOZADA PINEDA**, inscrita no CPF: 529.119.262-34, neste ato representada pelo seu procurador o **Sr. ANDRES MACARIO ARBELAE Z ALVES**, brasileiro nato, solteiro, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon, s/nº - Centro, nesta Cidade de Tabatinga/ AM, portador da Carteira de Identidade RG nº 3703825-7 /SSP/ AM, CPF (MF) sob o nº 707.358.392-47, cujo objeto consiste na Locação do Imóvel para sediar a Gerência do Trabalho em Tabatinga – AM, doravante denominado locador, tendo em vista o que consta no Processo nº **46202.029930/2013-01** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da **Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05 de 26 de maio de 2017**, resolvem celebrar um **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2014-SRT/AM**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Contrato Original assinado em **08/01/2014**, com vigência a partir de **08/01/2014**, para a alteração da vigência e do preço, constante das **CLÁUSULAS QUINTA e SÉTIMA do CONTRATO Nº 01/2014- SRT/AM**, conforme descrição abaixo:

Após o reajuste realizado através deste, o valor mensal será de R\$ 2.728,89 (dois mil setecentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos) e o valor anual será de R\$ 32.746,71 (trinta e dois mil

Andres Macario Arbelae Z Alves



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Diretoria de Administração e Logística
Gerência da Diretoria de Administração e Logística no Amazonas
Divisão de Logística
Serviço de Suprimentos

**SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 01/2014-SRT/AM** — Prestação dos serviços
de locação do Imóvel onde funciona a Agência
Regional do Trabalho em Eirunepé – AM, que entre
si fazem a União Federal, representada pela
Gerência Regional de Administração do Ministério
da Economia no Estado do Amazonas e a Senhora
ROSA MERCEDES LOZADA PINEDA

N a Gerência da Diretoria de Administração e Logística no Amazonas - GRA/AM, CNPJ nº 00.394.460/0005-75, instalada no Complexo Fazendário sito à Avenida Governador Danilo de Matos Areosa nº 1530 — Bloco B — Quadrante 1 - Bairro — Distrito Industrial 1 - CEP: 69.075-351, desta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, de um lado, a UNIÃO, por intermédio da Divisão de Logística — DILOG/GRA/AM, neste ato representada pelo **Sr. CLAUDIO RODRIGUES LEAL**, CPF nº 116.646.572-15, Chefe da Divisão de Logística — DILOG/GRA/AM, no uso da atribuição que lhe confere Regimento Interno da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, Artigo 69, Inciso I, da Portaria nº 144, de 27 de abril de 2016, publicada no "Diário Oficial da União" de 29 de abril de 2016, neste e, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Senhora **ROSA MERCEDES LOZADA PINEDA**, inscrita no CPF: 529.119.262-34, neste ato representada pelo seu procurador o **Sr. ANDRES MACARIO ARBELAE Z ALVES**, brasileiro nato, solteiro, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon, s/nº - Centro, nesta Cidade de Tabatinga/ AM, portador da Carteira de Identidade RG nº 3703825-7 /SSP/ AM, CPF (MF) sob o nº 707.358.392-47, cujo objeto consiste na Locação do Imóvel para sediar a Gerência do Trabalho em Tabatinga – AM, doravante denominado locador, tendo em vista o que consta no Processo nº **46202.029930/2013-01** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da **Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05 de 26 de maio de 2017**, resolvem celebrar um **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2014-SRT/AM**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Contrato Original assinado em **08/01/2014**, com vigência a partir de **08/01/2014**, para a alteração da vigência e do preço, constante das **CLÁUSULAS QUINTA e SÉTIMA do CONTRATO Nº 01/2014- SRT/AM**, conforme descrição abaixo:

Após o reajuste realizado através deste, o valor mensal será de R\$ 2.728,89 (dois mil setecentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos) e o valor anual será de R\$ 32.746,71 (trinta e dois mil

Andres Macario Arbelae Z Alves

setecentos e quarenta e seis reais e setenta e um centavos), perfazendo um acréscimo mensal de R\$ 104,45 (cento e quatro reais e quarenta e cinco centavos), com fulcro na para admissão do reajuste na Cláusula Nona do CONTRATO Nº 01/2014- SRT/AM;

O prazo de vigência do Contrato de nº 01/2014-SRT/AM, será de 12 meses a contar de 08 de janeiro de 2020 à 07 de janeiro de 2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução dos serviços, objeto deste Termo Aditivo, correrá à conta da seguinte dotação Orçamentária:

GRA/AM: Categoria Econômica 339036; Programa de Trabalho 110612; PI 94815432210; Fonte 180570001; U.G.R 380932; Gestão 00001, para o exercício financeiro de 2020, cabendo a responsabilidade pela emissão da Nota de Empenho e respectivo pagamento, ao DIOFI/GRA/AM.

PARÁGRAFO ÚNICO - NOTA DE EMPENHO — Serão promovidos os reforços necessários à Nota de Empenho existente, para atender as despesas deste Termo Aditivo durante o corrente exercício, a conta da Categoria Econômica, especificada nesta Cláusula.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

Com a alteração que neste se realiza, o Contrato sofrerá mudanças nos valores ora pactuados, para o valor **MENSAL de R\$ 2.728,89 (dois mil setecentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos)** e o valor **ANUAL de R\$ 32.746,71 (trinta e dois mil setecentos e quarenta e seis reais e setenta e um centavos)**, gerando efeitos financeiros de reajuste somente a partir da nova vigência em 08/01/2020.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir de 08 de janeiro de 2020, inclusive.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

O presente Termo Aditivo somente terá validade depois de assinado e eficácia após publicado por extrato, no "Diário Oficial da União", em conformidade com o disposto no Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

PARÁGRAFO ÚNICO – PUBLICAÇÃO ☐ Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Termo Aditivo no "Diário Oficial da União", até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do Parágrafo Único, do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA AUDITORIA DA CGU/REGIONAL/AM:

A CONTRATANTE manterá a disposição da auditoria da Controladoria Geral da União no Amazonas, cópia assinada deste Termo Aditivo para fins de análise, conforme dispõe o Art. 37 da Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001.

7. CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

É eleito o Foro da Seção Judiciária do Amazonas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo Aditivo que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de testemunhas que também a subscrevem.

Andres Macario Aibelaer Alves

8. ASSINATURAS

dezembro de 2019

Manaus/AM, 17 de

CONTRATANTE

CLAUDIO RODRIGUES LEAL

Chefe da DILOG/GRA/AM

Gestor de Contratos

CONTRATADA

Andres Macario Arbelaes Alves
ANDRÉS MACARIO ARBELAEZ ALVES

Representante da CONTRATADA

9. TESTEMUNHAS

OLGA LAÍS LOUREIRO GOMES

CPF: 021.988.652-03

GUIDO LEONARDO AZEVEDO MEDEIROS

CPF: 688.727.042-00

10. RATIFICAÇÃO

APROVO O PRESENTE INSTRUMENTO DE PRORROGAÇÃO

Manaus/AM, 17 de dezembro de 2019

JOÃO ANTONIO FIGUEIREDO TAVARES

Gerente da GRA/AM



Documento assinado eletronicamente por **Olga Laís Loureiro Gomes, Assistente Técnico-Administrativo**, em 17/12/2019, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Guido Leonardo Azevedo Medeiros, Agente Administrativo**, em 17/12/2019, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Rodrigues Leal, Chefe de Divisão de Recursos Logísticos**, em 17/12/2019, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **João Antônio Figueiredo Tavares, Superintendente de Administração**, em 17/12/2019, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5602058** e o código CRC **F8950C57**.